

Duke Energy International,  
Geração Paranapanema S.A.  
**Informações Contábeis Intermediárias**  
**Referentes ao Período findo em 30 de junho de 2012**  
**e relatório sobre a revisão de**  
**Informações Contábeis Intermediárias**

## Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	12
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	13
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	17
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR .....	17
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	17
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	18
4.1. Fatores de risco financeiro .....	18
4.1.1. Risco de mercado .....	18
4.1.2. Risco de crédito .....	18
4.1.3. Risco de liquidez .....	19
4.1.4. Risco de aceleração de dívidas .....	19
4.1.5. Risco hidrológico .....	19
4.1.6. Risco de regulação .....	19
4.1.7. Risco ambiental .....	19
4.1.8. Análise da sensibilidade .....	20
4.2. Gestão de capital .....	20
4.3. Estimativa do valor justo .....	21
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....	21
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	21
7. CLIENTES .....	22
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	23
8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	23
8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado .....	23
8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social .....	24
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	25
10. ATIVO IMOBILIZADO .....	25
11. INTANGÍVEL .....	26
12. FORNECEDORES .....	27
13. PARTES RELACIONADAS .....	28
13.1. Transações e saldos .....	28
13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração .....	28
14. DEBÊNTURES .....	29
14.1. Composição e vencimento das debêntures .....	29
14.2. Terceira emissão de debêntures .....	29
15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA .....	30
16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA .....	31
17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS .....	31
17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais .....	31
17.2. Contingências possíveis .....	33
18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS .....	34
19. ENCARGOS SETORIAIS .....	34
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	35
20.1. Capital Social .....	35
20.2. Reservas de Capital .....	35
20.3. Reservas de Lucros .....	36
20.4. Lucros acumulados .....	36
20.5. Ajustes de avaliação patrimonial .....	36
20.6. Dividendos e JSCP .....	37
20.7. Pagamento baseado em ações .....	38
21. RECEITA LÍQUIDA .....	38

22.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	39
23.	ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE .....	40
23.1.	Energia elétrica vendida .....	40
23.2.	Energia elétrica comprada para revenda .....	41
23.3.	Encargos de uso da rede elétrica .....	41
24.	RESULTADO FINANCEIRO .....	42
25.	LUCRO POR AÇÃO .....	42
26.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	42
27.	SEGUROS .....	43
28.	EVENTO SUBSEQUENTE .....	44
28.1.	Redução de capital .....	44
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	45

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo

com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes à demonstração do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

### *Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011*

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de agosto de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	508.533	210.371
Clientes	7	118.533	111.710
Tributos a recuperar	8	5.198	22.223
Serviços em curso		6.793	5.203
Despesas antecipadas		2.258	343
Devedores diversos		1.283	259
Partes relacionadas	13	350	847
Outros ativos		117	137
		<b>643.065</b>	<b>351.093</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	332	398
Depósitos judiciais	9	11.335	10.897
Fundos vinculados		447	420
Despesas antecipadas		4.254	4.426
		<b>16.368</b>	<b>16.141</b>
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	3.900.459	4.005.482
Intangível	11	36.381	37.726
		<b>3.953.234</b>	<b>4.059.375</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.596.299</b>	<b>4.410.468</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	13.938	20.739
Salários e encargos sociais		6.350	9.254
Debêntures	14	127.882	90.156
Impostos, taxas e contribuições	8	24.207	23.077
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.6	874	183.119
Obrigações estimadas		6.884	5.118
Cibacap	15	3.158	3.521
Encargos setoriais	19	16.200	16.211
Outros passivos		323	203
		<b>199.816</b>	<b>351.398</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	888.748	721.094
Receitas diferidas		3.110	-
Obrigações especiais	18	6.985	7.047
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	17.573	18.239
Cibacap	15	7.632	8.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	451.168	465.078
Tarifa de uso do sistema de distribuição -Tusd-g		2.764	-
Encargos setoriais	19	13.651	13.590
Outros passivos		326	325
		<b>1.391.957</b>	<b>1.233.805</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	1.639.138	1.639.138
Reservas de capital	20.2	99.431	99.330
Reserva de lucros	20.3	71.863	71.863
Lucros acumulados	20.4	215.895	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	978.199	1.014.934
		<b>3.004.526</b>	<b>2.825.265</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.596.299</b>	<b>4.410.468</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Receita líquida</b>	21	<b>563.041</b>	<b>459.541</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>			
Pessoal		(30.444)	(26.290)
Material		(1.713)	(1.583)
Serviços de terceiros		(18.853)	(16.310)
Taxa de fiscalização da Aneel		(2.238)	(2.149)
Energia comprada para revenda	23.2	(8.199)	(956)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(41.075)	(36.289)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(28.100)	(25.242)
Depreciação e amortização	10.b e 11.b	(111.560)	(115.419)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		64	(2.785)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		4.610	(2.863)
Arrendamentos e aluguéis		(1.744)	(1.567)
Seguros		(1.833)	(1.284)
Outras		<u>(3.887)</u>	<u>(3.787)</u>
		<b>(244.972)</b>	<b>(236.524)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>318.069</b>	<b>223.017</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas	24	25.731	20.142
Despesas	24	<u>(69.633)</u>	<u>(72.831)</u>
		<b>(43.902)</b>	<b>(52.689)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>274.167</b>	<b>170.328</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8.3	(105.184)	(71.715)
Diferido	8.3	<u>12.641</u>	<u>14.748</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>181.624</b>	<b>113.361</b>
<b>Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)</b>			
Básico/diluído por ação PN	25	1,92330	1,20044
Básico/diluído por ação ON	25	1,92330	1,20043

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>181.624</b>	<b>113.361</b>
Perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido	(3.734)	(2.413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perdas atuariais	1.270	820
	<u>(2.464)</u>	<u>(1.593)</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u>179.160</u></b>	<b><u>111.768</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.330</b>	<b>71.863</b>	<b>-</b>	<b>1.014.934</b>	<b>2.825.265</b>
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	181.624	-	181.624
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	-	(3.734)	(3.734)
Imposto diferido sobre plano de pensão	-	-	-	-	1.270	1.270
	-	-	-	<b>181.624</b>	<b>(2.464)</b>	<b>179.160</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Pagamento baseado em ações	-	101	-	-	-	101
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 20.7)	-	-	-	51.926	(51.926)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(17.655)	17.655	-
	-	<b>101</b>	-	<b>34.271</b>	<b>(34.271)</b>	<b>101</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.431</b>	<b>71.863</b>	<b>215.895</b>	<b>978.199</b>	<b>3.004.526</b>

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.999.138</b>	<b>99.133</b>	<b>63.401</b>	<b>-</b>	<b>1.092.135</b>	<b>3.253.807</b>
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	113.361	-	113.361
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Imposto diferido sobre plano de pensão	-	-	-	-	820	820
	-	-	-	<b>113.361</b>	<b>(1.593)</b>	<b>111.768</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Redução de capital	(360.000)	-	-	-	-	(360.000)
Distribuição de reservas de capital	-	-	(5.601)	-	-	(5.601)
Pagamento baseado em ações	-	197	-	-	-	197
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 20.7)	-	-	-	55.444	(55.444)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(18.851)	18.851	-
	<b>(360.000)</b>	<b>197</b>	<b>(5.601)</b>	<b>36.593</b>	<b>(36.593)</b>	<b>(365.404)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.330</b>	<b>57.800</b>	<b>149.954</b>	<b>1.053.949</b>	<b>3.000.171</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	181.624	113.361
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e amortização	111.560	115.419
Baixas do ativo imobilizado	461	198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.641	14.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.610)	2.863
Provisão de juros sobre debêntures	47.333	43.648
Variação monetária sobre debêntures	18.131	23.170
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(64)	2.785
Pagamento baseado em ações	101	197
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	(2.213)	(773)
Devedores diversos	(1.024)	(1.009)
Partes relacionadas	497	(47)
Depósitos judiciais	(438)	(180)
Serviços em curso	(1.590)	279
Fundos vinculados	(27)	(22)
Despesas antecipadas	(1.743)	(1.186)
Fornecedores	(4.037)	(17.689)
Salários e encargos sociais	(2.904)	(4.317)
Impostos, taxas e contribuições	77.879	36.009
Obrigações estimadas	1.766	(1.526)
Receita diferida	3.110	-
Cibacap	(1.163)	(1.114)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(602)	(354)
Outras variações ativas e passivas	<u>(2.263)</u>	<u>(3.153)</u>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>432.425</b>	<b>321.307</b>
Juros pagos sobre debêntures	(10.084)	(11.776)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(71.598)</u>	<u>(56.612)</u>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>350.743</b>	<b>252.919</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado	(5.122)	(4.620)
Adições no ativo intangível	(603)	(251)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(5.725)</b>	<b>(4.871)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Valor recebido pela emissão de debêntures	150.000	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(196.856)	(141.245)
Redução de capital	-	<u>(360.000)</u>
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(46.856)</b>	<b>(501.245)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>298.162</b>	<b>(253.197)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>210.371</b>	<b>495.772</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>508.533</b>	<b>242.575</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita de vendas	620.412	512.031
Outras receitas	28	22
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.610	(2.863)
	<b>625.050</b>	<b>509.190</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais e serviços de terceiros	(20.566)	(17.893)
Energia comprada e encargos de uso da rede	(49.274)	(37.245)
Outros custos operacionais	(4.963)	(7.091)
	<b>(74.803)</b>	<b>(62.229)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>550.247</b>	<b>446.961</b>
Depreciação e amortização	(111.560)	(115.419)
Ajustes de avaliação patrimonial	34.271	36.593
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>	<b>472.958</b>	<b>368.135</b>
Receitas financeiras	25.731	20.142
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>498.689</b>	<b>388.277</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	15.353	13.251
Benefícios	3.477	3.474
FGTS	1.550	1.372
Provisão para gratificação (bônus)	3.479	2.758
Participação nos resultados	1.607	1.353
Encargos sociais (exceto INSS)	1.387	1.183
	<b>26.853</b>	<b>23.391</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	182.154	135.381
Estaduais	2.410	5.153
	<b>184.564</b>	<b>140.534</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Aluguéis	1.744	1.567
Juros sobre debêntures	47.333	43.648
Variação monetária sobre debêntures	18.131	23.170
Outras despesas financeiras	4.169	6.013
	<b>71.377</b>	<b>74.398</b>
<b>Outros</b>		
Lucros retidos	215.895	149.954
	<b>215.895</b>	<b>149.954</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>498.689</b>	<b>388.277</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2T2012	2T2011	% Variação
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	306.298	248.054	23,5
(-) Deduções à receita operacional	(28.658)	(25.521)	12,3
Receita operacional líquida	277.640	222.533	24,8
(-) Despesas operacionais	(120.327)	(116.091)	3,6
Lucro operacional	157.313	106.442	47,8
Ebitda	213.088	164.143	29,8
Margem Ebitda - %	76,7%	73,8%	-
Resultado financeiro	(27.473)	(22.447)	22,4
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	129.840	83.995	54,6
Lucro líquido do período	86.106	56.137	53,4
Margem líquida - %	31,0%	25,2%	-
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.596.299	4.506.855	2,0
Dívidas em moeda nacional	1.016.630	892.229	13,9
Patrimônio líquido	3.004.526	3.000.171	0,1
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	911,82	594,46	53,4

**Receita operacional bruta**

A receita operacional bruta apresentou crescimento de R\$ 58.244 ou 23,5% de acréscimo em comparação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete os melhores preços nos contratos bilaterais, leilões e no mercado *Spot*, além de maior volume de venda nos contratos bilaterais, compensados parcialmente pelo menor volume de venda no mercado *Spot*.

**Deduções à receita operacional**

As deduções à receita operacional apresentaram aumento de R\$ 3.137 ou 12,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal crescimento não acompanhou a variação positiva de 23,5% da receita operacional bruta devido, principalmente, parte significativa desta variação sofrer tributação cumulativa de PIS e Cofins.

**Receita operacional líquida**

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 277.640 no período, 24,8% superior ao mesmo período do ano anterior.

## Despesas Operacionais

	2T2012	2T2011	% Variação
Pessoal	(15.650)	(13.795)	13,4
Material	(836)	(887)	-5,7
Serviços de terceiros	(12.040)	(9.027)	33,4
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.119)	(1.075)	4,1
Energia comprada para revenda	(3.978)	(931)	327,3
Encargos de uso da rede elétrica	(20.540)	(18.161)	13,1
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(13.315)	(11.802)	12,8
Depreciação e amortização	(55.775)	(57.701)	-3,3
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	134	(1.036)	-112,9
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.934	1.697	308,6
Arrendamento e aluguéis	(887)	(813)	9,1
Seguros	(933)	(640)	45,8
Outras	(2.322)	(1.920)	20,9
	<b>(120.327)</b>	<b>(116.091)</b>	<b>3,6</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 120.327 no período, 3,6% superior aos R\$ 116.091 registrados no mesmo período do ano anterior.

Listamos a seguir os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Pessoal – Aumento de R\$ 1.855 no período, ou 13,4% superior ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao aumento do número de funcionários e reajuste salarial de 6,5%;
- Serviços de terceiros – O aumento de R\$ 3.013, ou 33,4% superior ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, às despesas com assessoria financeira no segundo trimestre de 2012 no valor de R\$ 1.738 e despesas com pequenas reformas no escritório de São Paulo no valor de R\$ 529;
- Energia elétrica comprada para revenda – Aumento de R\$ 3.047 no período referente compra de energia elétrica em decorrência da adequação do lastro durante o ano de 2012;
- Encargos de uso da rede elétrica – O aumento de R\$ 2.379 no período, ou 13,1% superior ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, ao reajuste de 15,2% na tarifa Tust de acordo com Resolução Aneel nº 1.173/11;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – O aumento de R\$ 1.513, ou 12,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se ao maior volume gerado no trimestre que foi de 2.707.043 MWh, ou seja, 5,8% superior aos 2.558.444 MWh gerados no mesmo período do ano anterior. Houve ainda reajuste de 6,6% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 68,34/MWh para R\$ 72,87/MWh a partir de 1º de janeiro de 2012;
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais – Variação positiva de 112,9% devido a reversão parcial de R\$ 545 em 2012 da contingência trabalhista (R\$ 1.044 constituída em 2011), compensada por provisão de contingência fiscal no montante de R\$ 411;

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa – A variação de R\$ 5.237, ou 308,6% com relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à reversão da provisão no segundo trimestre de 2012 em decorrência de negociação e recuperação parcial de valores faturados que estavam vencidos no montante de R\$ 10.563. Dessa forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa correspondente a esses valores recuperados foi revertida.

### Ebitda e margem Ebitda

	2T2012	2T2011	% Variação
Lucro líquido	86.106	56.137	53,4
Imposto de renda e contribuição social	43.734	27.858	57,0
Resultado financeiro (líquido)	27.473	22.447	22,4
Depreciação e amortização	55.775	57.701	-3,3
<b>Ebitda (R\$ mil)</b>	<b>213.088</b>	<b>164.143</b>	<b>29,8</b>
<i>Margem líquida</i>	<i>76,7%</i>	<i>73,8%</i>	

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2008. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebitda não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebitda da Companhia apresentou crescimento de 29,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência do aumento na receita operacional líquida no período.

### Resultado financeiro

	2T2012	2T2011	% Variação
Receitas financeiras	13.166	9.868	33,4
Despesas financeiras	(40.639)	(32.315)	25,8
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.473)</b>	<b>(22.447)</b>	<b>22,4</b>

O resultado financeiro líquido aumentou em R\$ 5.026, ou 22,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As receitas financeiras aumentaram 33,4%, principalmente em decorrência do maior volume de aplicações financeiras. As despesas financeiras aumentaram 25,8% devido, especialmente, ao efeito do aumento do Índice Geral de Preços (IGP-M): 2,56% no trimestre, ante 0,70% no mesmo período do ano anterior. Esse índice é um dos principais indexadores da dívida da Companhia.

## Debêntures

Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	2T2012	2T2011	
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Variação CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	128.032	193.586
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Variação IPCA + 11,6% a.a.	15/09/2015	120.821	111.572
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Variação IGP-M + 8,59% a.a.	16/07/2015	612.057	587.071
Debêntures	3ª emissão	Série única	Reais	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	155.720	-
					<b>1.016.630</b>	<b>892.229</b>	

O montante de debêntures da Companhia totalizou no período R\$ 1.016.630, superior em 13,9%, em comparação aos R\$ 892.229 no mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da nova captação no valor de R\$ 150.000 em janeiro de 2012.

## Dívida financeira líquida

A dívida líquida, representada por debêntures deduzidos os recursos de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 508.097, 21,8% inferior aos R\$ 649.654 no mesmo período no ano anterior, principalmente devido ao maior volume de geração de caixa.

	2T2012	2T2011	% Variação
Debêntures	1.016.630	892.229	13,9
Caixa	(508.533)	(242.575)	109,6
<b>Dívida líquida</b>	<b>508.097</b>	<b>649.654</b>	<b>-21,8</b>

## Lucro líquido

Em função dos itens supra mencionados, a Companhia registrou no período lucro líquido de R\$ 86.106 no segundo trimestre de 2012, resultado superior em 53,4% aos R\$ 56.137 registrados no mesmo período do ano anterior.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE JUNHO DE 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de agosto de 2012.

### **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR**

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.18 daquelas demonstrações financeiras.

### **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 3.1 e 3.2.

## 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 4.1.1. Risco de mercado

##### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A primeira emissão de debêntures da Companhia tem encargos financeiros correspondentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI + 2,15% a.a. e variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPCA + 11,60% a.a. (série 1 e série 2 respectivamente), a segunda emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M + 8,59% a.a. e a terceira emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do CDI + 1,15% a.a. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices de preços. O impacto causado pela variação do CDI, IPCA e IGP-M sobre as debêntures é minimizado pelo aumento dos preços nos contratos bilaterais e de leilão que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

#### 4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Nos contratos fechados com as distribuidoras através de leilão público, a Companhia procura minimizar os riscos de crédito com o uso de mecanismos de garantia envolvendo os recebimentos das distribuidoras. Os contratos de leilão têm linguagem padronizada e outros tipos de suportes de créditos podem ser fornecidos por iniciativa do comprador, como garantia bancária e cessão do Certificado de Depósito Bancário – CDB. A maioria das distribuidoras tem fornecido os suportes de crédito baseado em seus recebíveis.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de

energia serão liquidadas no âmbito da CCEE. A Companhia possui volumes contratados adequados (vide Nota 23).

#### **4.1.3. Risco de liquidez**

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **4.1.4. Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide Nota 14).

#### **4.1.5. Risco hidrológico**

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional – SIN é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

#### **4.1.6. Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### **4.1.7. Risco ambiental**

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – MASS para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

#### 4.1.8. Análise da sensibilidade

Nos termos da Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos exclusivamente por debêntures, ao qual a companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável para os próximos 12 meses foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de junho de 2012 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e a análise de sensibilidade considerou ainda outros dois cenários, com variações de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável. Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia para os três cenários estimados para os próximos 12 meses:

Risco de variação dos índices flutuantes		30/06/2012	Cenário Δ Provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
<b>Debêntures</b>					
IGPM	Alta do IGP-M	612.057	11.492	4.506	11.333
IPCA	Alta do IPCA	120.821	991	1.962	2.363
CDI	Alta do CDI	283.752	(3.883)	3.408	6.787
		<b>1.016.630</b>	<b>8.600</b>	<b>9.877</b>	<b>20.483</b>

Variação dos índices	Índices de 01/07/2011 a 30/06/2012	Projeções dos índices para os próximos 12 meses	Cenário Δ Provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
IGPM	5,14%	5,09%	-0,05%	6,48%	7,78%
IPCA	5,05%	5,64%	0,58%	8,46%	10,16%
CDI	10,59%	8,25%	-2,34%	10,31%	12,37%

#### 4.2. Gestão de capital

	30/06/2012	31/12/2011
Total das debêntures	1.016.630	811.250
Caixa e equivalentes de caixa	(508.533)	(210.371)
<b>Dívida líquida</b>	<b>508.097</b>	<b>600.879</b>
Total do patrimônio líquido	3.004.526	2.825.265
<b>Total do capital</b>	<b>3.512.623</b>	<b>3.426.144</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)</b>	<b>14,5</b>	<b>17,5</b>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

O índice de alavancagem financeira é obtido pela fração da dívida líquida pelo total do capital.

#### 4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

#### 5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide Notas 6 e 7):

Caixa e equivalentes de caixa	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Standard &amp; Poor's</b>		
A-3	326.742	163.129
A-2	7.964	3.955
A-1	67.195	8
<b>Moody's</b>		
BR-1	106.632	43.279
<b>Total</b>	<u><b>508.533</b></u>	<u><b>210.371</b></u>

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	55	1.296
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	503.427	204.226
Fundo renda fixa	5.051	4.849
	<u><b>508.533</b></u>	<u><b>210.371</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 7. CLIENTES

<b>Circulante</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Clientes de contratos bilaterais	59.538	66.177
Clientes de contratos de leilão	41.931	44.708
Energia de curto prazo (MRE/Spot)	20.518	11.455
	<b>121.987</b>	<b>122.340</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.454)	(10.630)
	<b>118.533</b>	<b>111.710</b>

### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(10.630)</b>
Provisões no período	(3.390)
Reversões no período	10.566
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>(3.454)</b>

### Composição do contas a receber:

	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
A vencer	118.533	110.712
Vencidas		
Até 30 dias	517	1.026
De 31 dias a 60 dias	-	573
De 61 dias a 90 dias	653	418
Mais de 90 dias	2.284	9.611
	<b>3.454</b>	<b>11.628</b>
	<b>121.987</b>	<b>122.340</b>

Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresenta o montante de R\$ 3.454 (R\$ 11.628 em 31 de dezembro de 2011) nas contas a receber de clientes vencidas. No segundo trimestre de 2012, a Companhia negociou e recuperou parcialmente os valores faturados que estavam vencidos. Dessa forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa correspondente a esses valores recuperados foi revertida.

Vide comentários adicionais na Nota 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL a recuperar	4.900	-	21.853	-
PIS e COFINS a recuperar	238	-	276	-
ICMS a recuperar	-	332	34	398
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	<b>5.198</b>	<b>332</b>	<b>22.223</b>	<b>398</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL	15.604	-	-	-
PIS e COFINS	8.043	-	7.877	-
ICMS	390	-	472	-
IRRF sobre JSCP	-	-	14.611	-
Outros	170	-	117	-
	<b>24.207</b>	<b>-</b>	<b>23.077</b>	<b>-</b>
<b>Ativo de imposto diferido</b>				
Diferenças temporárias	-	(8.038)	-	(11.646)
Benefício fiscal	-	(43.657)	-	(46.120)
<b>Passivo de imposto diferido</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	502.863	-	522.844
<b>Passivo de imposto diferido (líquido)</b>	<b>-</b>	<b>451.168</b>	<b>-</b>	<b>465.078</b>

### 8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2012, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 1.270 (R\$ 820 em 30 de junho de 2011).

Em 30 de junho de 2012, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 23.642 (R\$ 34.254 em 31 de dezembro de 2011). A realização do imposto de renda e contribuição social ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

Vide comentários adicionais na Nota 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado

	30/06/2012		31/12/2011	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(176.990)	116.809	(60.181)	(57.718)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>128.416</b>	<b>(84.759)</b>	<b>43.657</b>	<b>46.120</b>

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Amortização do ágio	(7.245)	(7.607)
Reversão da provisão	4.782	5.021
Benefício fiscal	<u>2.463</u>	<u>2.586</u>
<b>Efeito líquido no período</b>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A seguir, realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u> em diante	<u>Total</u>
Realização estimada	2.463	4.676	4.334	4.002	28.182	43.657

### 8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2012</u>		<u>30/06/2011</u>	
	<u>Imposto Renda</u>	<u>Contrib. Social</u>	<u>Imposto Renda</u>	<u>Contrib. Social</u>
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	274.167	274.167	170.328	170.328
Ajustes decorrentes do RTT	55.137	55.137	55.641	55.641
Lucro antes do IRPJ e CSLL e após ajuste do RTT	329.304	329.304	225.969	225.969
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b><u>82.314</u></b>	<b><u>29.637</u></b>	<b><u>56.480</u></b>	<b><u>20.337</u></b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>				
Amortização encargo credor Inflacionário	(1.125)	38	(1.222)	40
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.794)	(646)	298	107
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/2002)	(1.811)	(652)	(1.902)	(684)
Despesas indedutíveis	797	213	721	160
Outros	(877)	(310)	(1.432)	(509)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b><u>77.504</u></b>	<b><u>28.280</u></b>	<b><u>52.943</u></b>	<b><u>19.451</u></b>
Lei Rouanet e Fundo da Criança	(600)	-	(679)	-
<b>Total IRPJ e CSLL correntes com efeito no resultado</b>	<b><u><u>76.904</u></u></b>	<b><u><u>28.280</u></u></b>	<b><u><u>52.264</u></u></b>	<b><u><u>19.451</u></u></b>
<b>Base de cálculo tributável das diferenças temporárias no resultado</b>	<b>(37.178)</b>	<b>(37.178)</b>	<b>(43.376)</b>	<b>(43.376)</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado</b>	<b><u><u>(9.295)</u></u></b>	<b><u><u>(3.346)</u></u></b>	<b><u><u>(10.844)</u></u></b>	<b><u><u>(3.904)</u></u></b>
<b>Base de cálculo tributável das diferenças tributárias no patrimônio líquido</b>	<b>(3.733)</b>	<b>(3.733)</b>	<b>(2.413)</b>	<b>(2.413)</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no patrimônio líquido</b>	<b><u><u>(934)</u></u></b>	<b><u><u>(336)</u></u></b>	<b><u><u>(603)</u></u></b>	<b><u><u>(217)</u></u></b>

Em 30 de junho de 2012, os totais de IRPJ e CSLL corrente e diferido totalizaram R\$ 105.184 e R\$ 12.641 respectivamente (R\$ 71.715 e R\$ 14.748 respectivamente no mesmo período do ano anterior).

Vide comentários adicionais na Nota 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ambiental	2.845	2.752
Fiscal:		
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.170	1.134
Multa de mora sobre IRRF, IRPJ e CSLL	829	800
Multa de mora sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	5.894	5.632
Cide	597	579
	<u><b>11.335</b></u>	<u><b>10.897</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 10. ATIVO IMOBILIZADO

### a) Composição

	<u>30/06/2012</u>		<u>31/12/2011</u>		Taxas Anual de Depreciação/ Amortização
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.444.194	(539.446)	2.904.748	3.027.258	4,4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.157	(116.703)	349.454	361.393	4,2%
Máquinas e equipamentos	770.552	(153.834)	616.718	579.587	6,2%
Veículos	4.703	(2.171)	2.532	2.544	19,1%
Móveis e utensílios	1.702	(1.028)	674	4.394	5,9%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<u><b>4.697.630</b></u>	<u><b>(813.182)</b></u>	<u><b>3.884.448</b></u>	<u><b>3.985.498</b></u>	
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	446	-	446	145	
Edificações, obras civis e benfeitorias	5	-	5	-	
Máquinas e equipamentos	10.272	-	10.272	14.820	
Móveis e utensílios	290	-	290	689	
	<u><b>11.013</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>11.013</b></u>	<u><b>15.654</b></u>	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.249	
Veículos	749	-	749	81	
	<u><b>4.713.641</b></u>	<u><b>(813.182)</b></u>	<u><b>3.900.459</b></u>	<u><b>4.005.482</b></u>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.943)	224	(6.719)	(6.748)	
	<u><b>4.706.698</b></u>	<u><b>(812.958)</b></u>	<u><b>3.893.740</b></u>	<u><b>3.998.734</b></u>	

## b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2011	Adições	Deprec.	Baixas	Reclass. e transf.	Valor líquido em 30/06/2012
Terrenos	215.246	-	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	3.027.403	446	(77.680)	-	(44.975)	2.905.194
Edificações, obras civis e benfeitorias	361.393	5	(9.803)	-	(2.136)	349.459
Máquinas e equipamentos	594.407	3.512	(21.600)	(460)	51.131	626.990
Veículos	2.625	1.066	(410)	-	-	3.281
Móveis e utensílios	5.083	93	(191)	(1)	(4.020)	964
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>4.005.482</b>	<b>5.122</b>	<b>(109.684)</b>	<b>(461)</b>	<b>-</b>	<b>3.900.459</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(6.748)	(10)	60	-	(21)	(6.719)
	<b>3.998.734</b>	<b>5.112</b>	<b>(109.624)</b>	<b>(461)</b>	<b>(21)</b>	<b>3.893.740</b>

## c) Contrato de Concessão

Concessões em 30/06/2012									
Contrato de Concessão	Usina	Tipo	UF	Rio	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão	
ANEEL									
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	101	47	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	414	172	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	73	55	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	619	330	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	525	201	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	354	177	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	83	57	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Parapananema	72	48	30/07/1998	29/07/2033	
					<b>2.241</b>	<b>1.087</b>			

As notas explicativas 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 descrevem informações relacionadas ao imobilizado. Mais especificamente, essas notas tratam, respectivamente, da adoção do custo atribuído, das taxas de depreciação utilizadas, dos bens vinculados à concessão e dos contratos de concessão. Essas informações permanecem válidas para as ITR.

## 11. INTANGÍVEL

O saldo em 30 de junho de 2012 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e pela Utilização do Bem Público - UBP.

## Composição

	30/06/2012		31/12/2011		Taxas Anual de Amortização
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.495	(21.129)	32.366	33.284	3%
Software	21.021	(18.482)	2.539	3.569	10%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	<b>74.591</b>	<b>(39.611)</b>	<b>34.980</b>	<b>36.928</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	1.401	-	1.401	798	
	<b>75.992</b>	<b>(39.611)</b>	<b>36.381</b>	<b>37.726</b>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(320)	54	(266)	(299)	
	<b>75.672</b>	<b>(39.557)</b>	<b>36.115</b>	<b>37.427</b>	

## b) Movimentação intangível

	Valor Líquido em 31/12/2011	Adições	Amortiz.	Reclass. e transf.	Valor Líquido em 30/06/2012
UBP	33.284	-	(918)	-	32.366
Software	4.367	603	(1.030)	-	3.940
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	<b>37.726</b>	<b>603</b>	<b>(1.948)</b>	<b>-</b>	<b>36.381</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(299)	-	12	21	(266)
	<b>37.427</b>	<b>603</b>	<b>(1.936)</b>	<b>21</b>	<b>36.115</b>

## 12. FORNECEDORES

	30/06/2012	31/12/2011
	Circulante	Circulante
Suprimento de energia elétrica	1.311	72
Materiais e serviços	3.837	5.158
Encargos de uso da rede elétrica		
Tust	7.526	7.630
Encargos de conexão	16	16
	<b>12.690</b>	<b>12.876</b>
Tusd-g	1.248	50.709
(-) Depósito judicial ref. Tusd-g	-	(42.846)
	<b>1.248</b>	<b>7.863</b>
	<b>13.938</b>	<b>20.739</b>

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que a Companhia efetuou as últimas parcelas dos depósitos judiciais, cujo montante atualizado em 30 de junho de 2012 é de R\$ 46.265 (R\$ 42.846 em 31 de dezembro de 2011). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e foi transferido no período do circulante para o não circulante.

Vide comentários adicionais na Nota 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 13. PARTES RELACIONADAS

#### 13.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com as empresas ligadas DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda (“DEB”) e com a Duke Energy International, Brasil Ltda (“Duke Brasil”). Os valores estimados destes contratos para o ano de 2012 são de R\$ 3.567 e de R\$ 660 respectivamente. O saldo a receber de partes relacionadas em 30 de junho de 2012 é de R\$ 350 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2011), sendo que, deste montante, R\$ 21 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2011) referem-se a pequenas despesas a serem reembolsadas pela Duke Brasil.

Nas circunstâncias em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 30 de junho de 2012 é de R\$ 119.443 (R\$ 103.384 em 31 de dezembro de 2011). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital.

Vide comentários adicionais na Nota 13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

#### 13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Resultou aprovada em AGO, realizada em 27 de abril de 2012, o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 9.900 para 2012, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 3.000 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 6.000 para a Diretoria e (c) R\$ 900 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhamento da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	<u>01/04/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>01/04/2011 a</u> <u>30/06/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/06/2011</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.477	2.974	1.297	2.565
Benefícios pós-emprego	44	87	39	78
	<b>1.521</b>	<b>3.061</b>	<b>1.336</b>	<b>2.643</b>
Remuneração baseada em ações	101	101	197	197
	<b>1.622</b>	<b>3.162</b>	<b>1.533</b>	<b>2.840</b>

Alguns administradores da Companhia são elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações).

No ano de 2012, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano baseado em ações da controladora o montante de R\$ 101 (R\$ 197 no ano de 2011).

## 14. DEBÊNTURES

### 14.1. Composição e vencimento das debêntures

#### a) Composição

Emissão	Série	Principal + Encargos em			
		30/06/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Emissão	Série 1	65.735	62.297	66.719	62.053
1ª Emissão	Série 2	9.836	110.985	3.352	108.124
2ª Emissão	Única	45.323	566.734	20.085	550.917
3ª Emissão	Única	6.988	148.732	-	-
		<b>127.882</b>	<b>888.748</b>	<b>90.156</b>	<b>721.094</b>

#### b) Vencimento

	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Não circulante	288.292	225.142	225.676	74.638	75.000	888.748

Vide comentários adicionais na Nota 14.2 e 14.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 14.2. Terceira emissão de debêntures

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia procedeu com a captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, da espécie quirografária, no mercado local, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. (coordenador líder) as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação para o valor total da emissão, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 476/2009.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da AGE da Companhia realizada em 27 de dezembro de 2011, cuja ata foi registrada na JUCESP em 04 de janeiro de 2012; sob o nº 22.800/12-8 (ii) da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 30 de novembro de 2011 que emitiu parecer favorável à captação de recursos através da terceira emissão de debêntures; (iii) das RCA da Companhia realizadas em 22 de novembro de 2011 e 09 de dezembro de 2011, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.836/12-7 e em 03 de janeiro de 2012, sob o nº 21.881/12-1, respectivamente, que aprovaram proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual S.A. na 189ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de novembro de 2011 e arquivada na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.835/12-3, para captação de recursos pela Companhia. Todas as atas das deliberações supracitadas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de dezembro de 2011.

Os recursos líquidos, obtidos da captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) foram integralmente destinados ao refinanciamento do valor principal e juros incidentes sobre a segunda e terceira amortizações da primeira série da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.”, celebrado em 15 de setembro de 2008 entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 (Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários).

As cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de terceira emissão das debêntures são similares às constantes na escritura de primeira e segunda emissões (vide Nota 14.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011).

A emissão foi realizada em série única, composta por 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos.

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,15% a.a.

## 15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante	3.158	3.521
Não circulante	7.632	8.432
	<u><b>10.790</b></u>	<u><b>11.953</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2012, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide Nota 24):

	<u>01/04/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>01/04/2011 a</u> <u>30/06/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/06/2011</u>
Custo do serviço corrente	545	1.089	589	1.178
Juros sobre obrigação atuarial	3.825	7.650	3.623	7.246
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.930)	(11.860)	(5.134)	(10.268)
Contribuições dos empregados	(171)	(341)	(161)	(321)
	<u><b>(1.731)</b></u>	<u><b>(3.462)</b></u>	<u><b>(1.083)</b></u>	<u><b>(2.165)</b></u>

Vide Nota 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 que descrevem as situações dos planos e as premissas utilizadas para o cálculo atuarial.

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, vem efetuando provisões em valores considerados suficientes para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados de forma dedutiva, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide Nota 9).

### 17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

#### Composição

Processos				<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Valor atualizado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisões líquidas</u>	<u>Provisões líquidas</u>
Trabalhistas	6.118	6.118	(1.818)	4.300	5.789
Fiscais	10.490	10.490	-	10.490	9.681
Ambientais	2.783	2.783	-	2.783	2.769
	<u><b>19.391</b></u>	<u><b>19.391</b></u>	<u><b>(1.818)</b></u>	<u><b>17.573</b></u>	<u><b>18.239</b></u>

### Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>5.789</b>	<b>9.681</b>	<b>2.769</b>	<b>18.239</b>
Provisões no período	845	411	-	1.256
Reversões no período	(1.320)	-	-	(1.320)
	<b>(475)</b>	<b>411</b>	<b>-</b>	<b>(64)</b>
Atualizações no período	(58)	398	73	413
Baixas no período	(956)	-	(59)	(1.015)
	<b>(1.014)</b>	<b>398</b>	<b>14</b>	<b>(602)</b>
<b>Total da movimentação no período</b>	<b>(1.489)</b>	<b>809</b>	<b>14</b>	<b>(666)</b>
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>4.300</b>	<b>10.490</b>	<b>2.783</b>	<b>17.573</b>

#### a) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2012, as contingências trabalhistas líquidas somam R\$ 4.300 (R\$ 5.789 em 31 de dezembro de 2011), referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e mediante celebração de acordos judiciais. As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia.

#### b) Fiscais

Em 30 de junho de 2012, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

- i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal (Finam) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolizou o processo administrativo nº 11831.000528/02-92 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000 no montante de R\$ 2.435 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2001-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para junho de 2012, totalizam R\$ 7.644 (R\$ 7.287 em 31 de dezembro de 2011);
- iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para junho de 2012, totalizam R\$ 411.

#### c) Ambientais

Em 30 de junho de 2012, as provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 2.338 (R\$ 2.275 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais no montante de R\$ 356 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2011) e;
- iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 89 (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2011).

## 17.2. Contingências possíveis

<u>Processos</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	9.762	10.138
Fiscais	42.979	39.976
Ambientais	55.730	53.007
Regulatórias	18.311	16.371
	<u>126.782</u>	<u>119.492</u>

### a) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2012, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 9.762 (R\$ 10.138 em 31 de dezembro de 2011).

### b) Fiscais

Em 30 de junho de 2012, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN, não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 5.586 (R\$ 5.470 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Autos de infração referentes à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos base de 2001 a 2005. A Companhia protocolizou processos administrativos junto à Fazenda Estadual do Paraná. Todos os processos estão aguardando decisão definitiva na esfera administrativa, no montante de R\$ 8.770 (R\$ 8.502 em 31 de dezembro de 2011);
- iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL). Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 11.838 (R\$ 11.475 em 31 de dezembro de 2011);
- iv. Processos administrativos oriundos de pedidos de compensação de tributos pagos a maior pela Companhia (CSLL, IRPJ e COFINS), no montante de R\$ 13.049 (R\$ 10.851 em 31 de dezembro de 2011).

### c) Ambientais

Em 30 de junho de 2012, as contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas. O valor classificado como de perda possível para esses casos é de R\$ 55.730 (R\$ 53.007 em 31 de dezembro de 2011).

### d) Regulatórias

Em 2008 a Companhia ingressou com ação judicial contra a cobrança de tarifas de transmissão decorrentes de duas resoluções da Aneel. As resoluções impunham às empresas geradoras de energia, localizadas no Estado de São Paulo, tarifas de transmissão retroativas em razão da utilização do sistema de transmissão de energia elétrica. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na ação, em 2009 a Aneel impôs uma multa no valor atual de R\$ 18.311, classificado como perda possível (R\$ 16.371 em 31 de dezembro de 2011).

## 18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provenientes do ativo imobilizado (vide Nota 10)		
Reserva global de reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos - ONS	1.603	1.632
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	169	169
	<u>6.719</u>	<u>6.748</u>
Provenientes do ativo intangível (vide Nota 11)		
P&D - <i>Software</i>	266	299
	<u>6.985</u>	<u>7.047</u>

Vide comentários adicionais na Nota 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 19. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher decorrentes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<u>30/06/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	8.858	-	9.898	-
Taxa de fiscalização da Aneel	373	-	358	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.969	13.651	5.955	13.590
	<u>16.200</u>	<u>13.651</u>	<u>16.211</u>	<u>13.590</u>

Vide comentários adicionais na Nota 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.639.138 dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	Posição Acionária em 30/06/2012 em milhares de ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.046	4,84	3.343	3,54
	<b>31.478</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955</b>	<b>100,00</b>	<b>94.433</b>	<b>100,00</b>

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da sociedade;
- ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% a.a. calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no Art. 254-A da Lei nº 6.404/1976;
- iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- vi. Não terão direito a voto e serão irresgatáveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

### 20.2. Reservas de Capital

	30/06/2012	31/12/2011
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta Cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.543	1.442
	<b>99.431</b>	<b>99.330</b>

Ágio na incorporação de sociedade Controladora – De acordo com a Instrução CVM nº 319/1999 e Resolução Aneel nº 28/2002, a Companhia foi autorizada a realizar a incorporação de sua Controladora Duke Sudeste, nos termos do Laudo de Avaliação de consultoria independente.

### 20.3. Reservas de Lucros

Em 30 de junho de 2012, o saldo de Reserva de Lucros no montante de R\$ 71.863 (R\$ 71.863 em 31 de dezembro de 2011) é constituído exclusivamente pela Reserva Legal que tem por objetivo assegurar a integridade do capital social da Companhia, nos moldes do Art. 193 da Lei nº 6.404/76.

### 20.4. Lucros acumulados

Adicionalmente ao lucro líquido do período, a rubrica Lucros Acumulados apresenta movimentação em decorrência da realização do custo atribuído ao imobilizado, em consonância com o ICPC 10, além dos impostos diferidos incidentes sobre o mesmo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

O saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011 foi integralmente destinado, em consonância com a Lei nº 11.638/07 e CPC 47.

O lucro líquido do período reduzido em 5% referente à reserva legal e acrescido dos ajustes mencionados anteriormente, são base para apuração da distribuição de dividendos.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido no período	181.624	281.261
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	51.926	112.071
Imposto diferido sobre a realização de avaliação patrimonial	(17.655)	(38.104)
	<b>215.895</b>	<b>355.228</b>
Destinação		
Dividendos intermediários	-	(144.286)
Juros sobre capital próprio	-	(98.211)
Dividendos	-	(98.668)
Reserva legal	-	(14.063)
	-	<b>(355.228)</b>
	<b>215.895</b>	<b>-</b>

### 20.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Plano de pensão</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>1.007.829</b>	<b>7.105</b>	<b>1.014.934</b>
Depreciação	(51.575)	-	(51.575)
Baixas	(351)	-	(351)
<b>Efeito de depreciação/baixas</b>	<b>(51.926)</b>	<b>-</b>	<b>(51.926)</b>
IR/CSLL diferidos	17.655	-	17.655
Plano de pensão e aposentadoria	-	(3.734)	(3.734)
IR/CSLL diferidos	-	1.270	1.270
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>(34.271)</b>	<b>(2.464)</b>	<b>(36.735)</b>
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>973.558</b>	<b>4.641</b>	<b>978.199</b>

Vide comentários adicionais na Nota 20.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 20.6. Dividendos e JSCP

### a) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos em custódia	806	840
Juros sobre capital próprio	68	83.611
Dividendos	-	98.668
	<u>874</u>	<u>183.119</u>

### b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em assembleia geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à assembleia geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do Art. 205 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do Art. 182 da Lei nº 6.404/1976.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e
- iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

Resultou aprovada, em AGO do dia 27 de abril de 2012, por unanimidade, a proposta da Administração da Companhia quanto à distribuição de dividendos no valor total de R\$ 98.668. Os dividendos ora aprovados foram debitados integralmente da conta de lucros acumulados, e alocados, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, às ações preferenciais à razão de R\$ 0,836991741 por ação e às ações ordinárias à razão de R\$ 1,460548370 por ação. Tais valores foram creditados aos Srs. Acionistas em maio de 2012, portanto, sem incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas.

### c) Redução de capital

Em 22 de novembro de 2011, a Companhia publicou Fato Relevante informando ao mercado que a Diretoria da Companhia aprovou a submissão à aprovação prévia da Aneel, órgão regulador da Companhia, conforme disposto na Resolução Normativa Aneel nº 149, de 28 de fevereiro de 2005, da proposta de redução do capital social da Companhia, considerado atualmente excessivo para a realização do seu objeto social, de R\$ 1.639.138 para até R\$ 1.339.138, com uma redução efetiva no valor de até R\$ 300.000, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2011, resultou aprovada a proposta da Diretoria quanto à redução do capital social da Companhia supramencionado, que em 19 de abril de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão e da Segunda Emissão da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2012, através do despacho nº 107, a Aneel autorizou a redução do capital social da Companhia.

A redução de capital foi aprovada em AGE de 21 de maio de 2012 e será paga aos acionistas da Companhia, após transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976, sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas (vide Nota 28).

### 20.7. Pagamento baseado em ações

Vide comentários adicionais na Nota 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 21. RECEITA LÍQUIDA

	<b>01/04/2012 a 30/06/2012</b>	<b>01/01/2012 a 30/06/2012</b>	<b>01/04/2011 a 30/06/2011</b>	<b>01/01/2011 a 30/06/2011</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>				
Contratos bilaterais	178.417	353.156	153.268	305.448
Contratos de leilões	92.884	190.607	90.060	181.968
Spot	32.251	72.774	3.392	21.899
MRE	2.731	3.875	1.322	2.716
Outras receitas	15	28	12	22
	<b>306.298</b>	<b>620.440</b>	<b>248.054</b>	<b>512.053</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
PIS e COFINS	(24.564)	(49.327)	(21.259)	(42.764)
ICMS	(1.286)	(2.410)	(2.037)	(5.153)
P&D	(2.808)	(5.662)	(2.225)	(4.595)
	<b>(28.658)</b>	<b>(57.399)</b>	<b>(25.521)</b>	<b>(52.512)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>277.640</b>	<b>563.041</b>	<b>222.533</b>	<b>459.541</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

	01/04/2012 a 30/06/2012			01/04/2011 a 30/06/2011
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
<b>Despesas/(receitas) operacionais</b>				
Pessoal	8.304	7.346	15.650	13.795
Material	818	18	836	887
Serviços de terceiros	5.750	6.290	12.040	9.027
Taxa de fiscalização da Aneel	1.119	-	1.119	1.075
Energia comprada para revenda	3.978	-	3.978	931
Encargos de uso da rede elétrica	20.540	-	20.540	18.161
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	13.315	-	13.315	11.802
Depreciação e amortização	55.148	627	55.775	57.701
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(359)	225	(134)	1.036
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(6.934)	(6.934)	(1.697)
Arrendamentos e aluguéis	(1)	888	887	813
Seguros	933	-	933	640
Outras	201	2.121	2.322	1.920
	<b>109.746</b>	<b>10.581</b>	<b>120.327</b>	<b>116.091</b>

  

	01/01/2012 a 30/06/2012			01/01/2011 a 30/06/2011
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
<b>Despesas/(receitas) operacionais</b>				
Pessoal	16.305	14.139	30.444	26.290
Material	1.670	43	1.713	1.583
Serviços de terceiros	9.352	9.501	18.853	16.310
Taxa de fiscalização da Aneel	2.238	-	2.238	2.149
Energia comprada para revenda	8.199	-	8.199	956
Encargos de uso da rede elétrica	41.075	-	41.075	36.289
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	28.100	-	28.100	25.242
Depreciação e amortização	110.305	1.255	111.560	115.419
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(313)	249	(64)	2.785
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(4.610)	(4.610)	2.863
Arrendamentos e aluguéis	(2)	1.746	1.744	1.567
Seguros	1.833	-	1.833	1.284
Outras	473	3.414	3.887	3.787
	<b>219.235</b>	<b>25.737</b>	<b>244.972</b>	<b>236.524</b>

## 23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 23.1. Energia elétrica vendida

<i>Suprimento</i>	01/04/2012 a 30/06/2012		01/04/2011 a 30/06/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.229.954	178.417	1.124.570	153.268
Contratos de leilões	967.228	92.884	998.165	90.060
<i>Spot</i>	195.681	32.251	309.338	3.392
MRE	285.702	2.731	147.043	1.322
	<b>2.678.565</b>	<b>306.283</b>	<b>2.579.116</b>	<b>248.042</b>

  

<i>Suprimento</i>	01/01/2012 a 30/06/2012		01/01/2011 a 30/06/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	2.446.912	353.156	2.234.373	305.448
Contratos de leilões	1.999.597	190.607	2.034.301	181.968
<i>Spot</i>	781.248	72.774	854.207	21.899
MRE	406.391	3.875	303.083	2.716
	<b>5.634.148</b>	<b>620.412</b>	<b>5.425.964</b>	<b>512.031</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

A tabela a seguir resume os volumes em MW de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 30 de junho de 2012.

	MW (*)	
	2012	2013
Energia disponível para venda	1.011	1.005
<b>ACR</b>	<b>464</b>	<b>268</b>
2005 (8 anos)	196	-
2006 (8 anos)	54	54
2007 (8 anos)	214	214
<b>ACL</b>	<b>537</b>	<b>706</b>
Contratos bilaterais com consumidores livres	537	706
<b>Subtotal</b>	<b>1.001</b>	<b>974</b>
Energia livre para contratação	10	31
Percentual de energia contratada	99%	97%

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	01/04/2012 a 30/06/2012		01/04/2011 a 30/06/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	43.680	3.977	-	-
Energia comprada - Spot	-	1	-	385
Energia comprada - MRE	-	-	60.816	546
	<b>43.680</b>	<b>3.978</b>	<b>60.816</b>	<b>931</b>

  

	01/01/2012 a 30/06/2012		01/01/2011 a 30/06/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	87.380	7.957	-	-
Energia comprada - Spot	-	206	-	386
Energia comprada - MRE	3.137	36	63.168	570
	<b>90.517</b>	<b>8.199</b>	<b>63.168</b>	<b>956</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

Em decorrência da adequação do lastro durante o ano de 2012, efetuou-se compra de energia (Energia comprada – Bilateral) no período.

Durante o primeiro semestre de 2012 foi registrado montante de R\$ 206 (R\$ 386 em 30 de junho de 2011) referente ao processo de recontabilização promovido pela CCEE, para o qual os volumes de energia correspondentes não são discriminados.

### 23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
Tust	17.177	34.415	14.993	30.127
Tusd-g	3.326	6.588	3.114	6.108
Encargos de conexão	37	72	54	54
	<b>20.540</b>	<b>41.075</b>	<b>18.161</b>	<b>36.289</b>

Vide Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício 2011

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
<b>Receitas</b>				
Aplicações financeiras	10.199	19.109	7.362	14.923
Receitas plano de pensão (vide Nota 16)	1.731	3.462	1.083	2.165
Outras variações monetárias	1.112	1.938	604	1.346
Juros sobre RTE	-	261	125	276
Juros e descontos obtidos	124	961	694	1.432
	<b>13.166</b>	<b>25.731</b>	<b>9.868</b>	<b>20.142</b>
<b>Despesas</b>				
Juros debêntures	(23.973)	(47.333)	(22.130)	(43.648)
Variações monetárias				
Debêntures	(14.643)	(18.131)	(8.031)	(23.170)
Tusd-g	(1.015)	(2.194)	(1.693)	(3.397)
Outras	(720)	(1.308)	(521)	(1.374)
Despesas financeiras CCEE	-	-	1.043	(148)
Outras despesas financeiras	(288)	(667)	(983)	(1.094)
	<b>(40.639)</b>	<b>(69.633)</b>	<b>(32.315)</b>	<b>(72.831)</b>
	<b>(27.473)</b>	<b>(43.902)</b>	<b>(22.447)</b>	<b>(52.689)</b>

## 25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011
<b>Numerador</b>				
<b>Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia</b>				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	57.404	121.083	37.425	75.574
Lucro disponível aos acionistas ordinários	28.702	60.541	18.712	37.787
	<b>86.106</b>	<b>181.624</b>	<b>56.137</b>	<b>113.361</b>
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.478	31.478	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>				
Ação preferencial	0,91181	1,92330	0,59447	1,20044
Ação ordinária	0,91181	1,92330	0,59445	1,20043

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através

das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na Nota 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

#### **Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:**

a) Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures (vide Nota 14).

	<b>30/06/2012</b>		<b>31/12/2011</b>	
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor a Mercado</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor a Mercado</b>
Debêntures	1.016.630	1.129.374	811.250	940.651

A Companhia não realizou operações com derivativos nestes períodos, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações contábeis. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir saldos relevantes em moeda estrangeira nesta data.

## **27. SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

<b>Descrição</b>	<b>Cobertura em R\$ milhares</b>	
	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Danos Materiais e Lucros Cessantes	914.200	825.500
Responsabilidade Civil (Concessionária)	9.142	8.255

## 28. EVENTO SUBSEQUENTE

### 28.1. Redução de capital

Em 24 de julho de 2012, a Companhia publicou Fato Relevante informando ao mercado que encerrou em 23 de julho de 2012 o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 174 da Lei das S.A. para oposição de credores em relação à redução do capital social da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 21 de maio de 2012.

Visto que não houve qualquer manifestação de credores contrários à referida redução de capital social no valor de R\$ 300.000, a Companhia informa que a ata da AGE foi arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), sob o nº 302.356/12-5.

A Companhia esclarece ainda que, em decorrência da redução de capital, terão direito ao recebimento da restituição de capital todos os detentores de ações ordinárias ou preferenciais da Companhia na data-base de 23 de julho de 2012, inclusive, sendo que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas *ex-direito redução de capital* em 24 de julho de 2012.

O pagamento da restituição de capital a tais acionistas, no valor de R\$ 3,176846027 por ação ordinária ou preferencial, em moeda corrente nacional ocorreu em 10 de agosto de 2012, conforme divulgado por meio de Aviso aos Acionistas publicado em 06 de agosto de 2012.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Jairo de Campos  
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone  
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa  
Membro Efetivo

Maurício Lofuto Maudonnet  
Membro Efetivo

Gláucio João Agostinho  
Membro Efetivo

Paulo Nicácio Júnior  
Membro Suplente

### Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques  
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas  
Diretora Executiva Financeira e de  
Controles Internos e Diretora Executiva  
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro  
Diretor Executivo de Meio Ambiente,  
Saúde e Segurança

Jairo de Campos  
Diretor Executivo de Recursos Humanos,  
Administração, Compras e Informática

### Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz  
Conselheiro Suplente

Marcello Joaquim Pacheco  
Conselheiro Suplente

Jacqueline Ribeiro  
Gerente Geral de Controladoria

Claudio Herrans  
Contador - CRC 1SP200641/O-5